

NILZO IVO LADWIG
JULIANO BITENCOURT CAMPOS
(Organizadores)

PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

Arqueologia e direito ambiental

Atena
Editora
Ano 2022



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Planejamento e gestão territorial: arqueologia e direito ambiental

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Nilzo Ivo Ladwig
Juliano Bitencourt Campos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P712 Planejamento e gestão territorial: arqueologia e direito ambiental / Organizadores Nilzo Ivo Ladwig, Juliano Bitencourt Campos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0549-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.498221609>

1. Geografia política. 2. Território. 3. Planejamento. I. Ladwig, Nilzo Ivo (Organizador). II. Campos, Juliano Bitencourt (Organizador). III. Título.

CDD 320.12

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



PREFÁCIO

Território e paisagem

Os temas deste volume são na aparência simples e claros, território e paisagem. Não é bem assim: tudo que parece muito evidente, revela não o ser tanto assim. Todos termos, mesmo os de uso mais cotidiano, como são território e paisagem, apresentam, ou podem apresentar, grande diversidade de sentidos, até mesmo opostos e contraditórios. Somos nós a enfatizar este ou aquele aspecto. Território é bem o caso da contradição: pode ser área dependente de algo maior ou o seu contrário, área habitada por uma espécie ou grupo de animais que a defende de possíveis invasões de animais ou espécies diferentes. Pode significar a um só tempo algo dependente ou algo independente a ser defendido! O mesmo acontece com paisagem. Pode ser tanto a imensidão abarcada pela vista, como o espaço delimitado com determinadas e próprias características. Exploremos, pois, como tal diversidade e mesmo contradições podem ser entendidas e exploradas.

Território deriva de terra, “seco”, por oposição à água de mares, lagos e rios. A terra, juntam-se de dois sufixos muito significativos, a começar de “tor” (dor, em português, como em demolidor, reprodutor, condutor): aquilo que faz a terra, que a trabalha e conserva, pode dizer-se. Mas, há, ainda, o sufixo final -ium (em português -io), para indicar algo concreto (como território, uma terra em particular, reservatório, uma reserva específica e assim por diante). Território pode, assim, abranger diversos sentidos, todos ligados ao solo, à terra firme (terra) e a um tipo de controle ou territorialidade (pelos sufixos). No termo território, estão esses diversos aspectos em contraposição, tanto o caráter genérico e partilhado da terra, como da sua apropriação desigual, cooperação versus competição e mesmo combate. Território pode induzir à colaboração ou à guerra, e a todo tipo de interação entre estes dois extremos. Território pode servir para excluir ou para incluir, para adicionar, ou subtrair, para agregar ou segregar, somos nós a dar um ou outro sentido.

Paisagem apresenta ambivalências ou anfibologias análogas. Tudo começa com uma raiz indo-europeia que significa “pegar”, “fixar”, de onde o que está fixo, uma aldeia (*pagus*, em latim), com o sufixo -atus (-agem, em português), “como”, pelo que, na origem, significava algo que parece “como um lugar”: paisagem, parece um lugar, é o que aparece à vista. Daí paisagem como algo que se admira, ao observar. Em inglês, *landscape* pode ajudar-nos nessa busca: *land*, terra, e *scape* (*shape*, forma), a forma ou aparência do que está fixo: paisagem. O sentido de *scape* com *shape* (forma) está no uso corrente em inglês, como em *cityscape* (como a cidade aparece). Paisagem mostrou-se o termo mais universal, pelo seu poder de abstração e analogia, de uso metafórico: paisagem mental, paisagem teórica, paisagem física. Do abstrato ao concreto, ou vice-versa. Também neste caso, há uma contraposição entre algo fixo, delimitado e privado e outra paisagem: aberta, visível,

compartilhada. Também com paisagem estamos com um termo que vai do mais delimitado e excludente ao mais partilhado e includente. Somos, de novo, nós a escolher os sentidos a dar a esses termos tão ambivalentes: território e paisagem.

Este volume aceita essa anfibologia e explora-a ao extremo: pode unir ou contrapor. Territórios e paisagens podem servir para juntar ou separar e serviram para ambas coisas. O pensador Walter Benjamin (1892-1940) tanto mostrou como tudo que se fez na civilização causou destruição, como foi também ele quem propôs que a paisagem mais urbana e inóspita pode ser inspiradora, apesar de tudo. O volume congrega estudiosos veteranos, como Pedro Schmitz, André Luís Ramos Soares ou Paulo de Blasis, além de tantos outros, numa saudável e bem-vinda mescla. Os capítulos abrangem estudos de caso em quatro regiões do país (Sudeste, Sul, Nordeste e Centro-Oeste) e contribuem para um quadro mais amplo das questões referentes a Território, Paisagem, Arqueologia, Direito Urbanístico e Ambiental. Há uma original ambição de congregar cultura e ambiente, passado e presente. Nem sempre tais aspectos se apresentam como relacionados, mas não há cultura sem ambiente e este está em constante transformação e manejo social, assim como o presente resulta do passado e este só pode ser acessado no presente. Isso pode não ser óbvio ou mesmo frequente, em particular devido à especialização crescente das ciências e no interior de cada uma delas. Neste caso, encontram-se em interação, com destaque, Arqueologia, Biologia, Ecologia, Urbanismo, Direito, Educação, História, Geografia, Arquitetura. Isso é tanto mais importante, quanto se busca a fertilidade da conversa interdisciplinar para alcançar uma compreensão mais holística do mundo. Essa ambição estava entre gregos antigos, no que chamavam Filosofia, mas também em outras tradições, como nas indígenas, hebraicas, persas ou indianas, para ficar nas mais difundidas, de maneira direta ou indireta, pelo mundo. A separação derivada do Iluminismo racionalista, que tudo separava e calculava (este o sentido de *ratio* ou razão, presente nos conceitos de raça e nas práticas derivadas, como o racismo), estabelecia hierarquias fundadas numa suposta natureza das assimetrias: superiores e inferiores, racionais e irracionais, civilizados e bárbaros, senhores e trabalhadores, homens e mulheres, entre tantas outras dicotomias iníquas. Aqui não: tudo junto e misturado, em prol do convívio.

Os capítulos levam-nos ao passado mais antigo, há muitos milhares de anos, ao presente mais atual, dos oito mil anos atrás ao cicloativismo hoje, da ocupação pré-colonial e dos sambaquis ao direito à cidade e ao Estado de Direito Ecológico, da diversidade biológica antiga à lei florestal nas áreas urbanas, sem deixar de lado a Educação em Direitos Humanos. Leitura instrutiva, mas acima de tudo inspiradora: são páginas que nos podem induzir a conviver, na diferença. O que pode haver de melhor?

Pedro Paulo Abreu Funari

Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas -
Departamento de História. IFCH – UNICAMP.

APRESENTAÇÃO

O livro que apresentamos à comunidade acadêmica é resultante do XII Seminário de Pesquisa em Planejamento e Gestão Territorial (SPPGT), que ocorreu em 2021, de forma remota, em função da pandemia COVID-19. O evento é organizado anualmente pelo Laboratório de Planejamento e Gestão Territorial (LabPGT) e pelo Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS).

A edição de 2021 teve como temática Paisagem e Território, termos que são normalmente aceitos como um caminho na promoção do desenvolvimento sustentável em diferentes escalas de planejamento, do local ao regional.

O XII SPPGT foi organizado em formato de Grupos de Trabalhos (GTs), sendo que os GTs Território, Paisagem e Arqueologia e Direito Urbanístico e Ambiental apresentaram trabalhos os melhores foram selecionados para publicação. O livro está dividido em duas partes e 10 capítulos, a Parte I discute, a inserção da ocupação humana inicial (anterior a 8 mil anos) na paisagem geomorfológica e geológica do território paulista, as implicações das transformações ambientais no manejo do fogo entre os Kaiowá, aspectos da diversidade biológica em sítios arqueológicos costeiros, a ocupação pré-colonial na região da quarta colônia de imigração italiana no Rio Grande do Sul e traça perspectivas de pesquisa para a região de Imaruí litoral sul de Santa Catarina.

A Parte II discute planejamento e gestão territorial voltado para o direito urbanístico e ambiental, debatendo o direito à cidade, a participação da juventude na concretização do direito à cidade, estado de direito ecológico, aplicação da lei florestal nas áreas urbanas e a apresentação de uma proposta de educação em direitos humanos nas cidades.

A socialização dos resultados do Seminário é peça fundamental na construção de uma ponte entre as universidades, os pesquisadores e a comunidade. O evento continua mantendo a proposta inicial desde a primeira edição do SPPGT, em 2010, que sempre foi a de trabalhar interdisciplinarmente, buscando sua consolidação e o reconhecimento nacional, e recebendo participantes, apresentadores e palestrantes de diversas áreas científicas e regiões do País. Fruto disso, foi o apoio da Capes e da Fapesc, juntamente com outros apoiadores, mostrando um caminho de excelência em pesquisa.

Nosso singelo agradecimento à todos e todas que estão desde o início nessa empreitada, bem como àqueles que vêm se incorporando ao nosso projeto de debate e divulgação científica. Vale destacar também a grata participação da Capes e da Fapesc, o fomento disponibilizado por ambas foi importante para a qualificação do evento. Nossos cordiais agradecimentos aos apoiadores institucionais, às empresas, às pessoas e às

entidades, pois, destes dependemos para a correta harmonia entre o planejamento e a execução do seminário e desta publicação.

Uma boa leitura e até a próxima publicação!

Nilzo Ivo Ladwig | Juliano Bitencourt Campos

Organizadores

SUMÁRIO

PARTE I: TERRITÓRIO, PAISAGEM E ARQUEOLOGIA

CAPÍTULO 1..... 1

A INSERÇÃO DA OCUPAÇÃO HUMANA INICIAL (ANTERIOR A 8 MIL ANOS) NA PAISAGEM GEOMORFOLÓGICA E GEOLÓGICA DO TERRITÓRIO PAULISTA

Pedro Michelutti Cheliz

João Carlos Moreno de Sousa

Leticia Cristina Correa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4982216091>

CAPÍTULO 2..... 25

IMPLICAÇÕES DAS TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS NO MANEJO DO FOGO ENTRE OS KAIOWÁ: DO USO FOGO COMO TÉCNICA DE CULTIVO, ABERTURA DE CLAREIRAS E CAMINHOS, AO DESCONTROLE DOS INCÊNDIOS COLOSSAIS

Levi Marques Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4982216092>

CAPÍTULO 3..... 41

ASPECTOS DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA EM SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COSTEIROS DO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Suliano Ferrasso

Pedro Ignácio Schmitz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4982216093>

CAPÍTULO 4..... 62

OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL NA REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RS: PAISAGEM E ARQUEOLOGIA

André Luis Ramos Soares

Sergio Celio Klamt

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4982216094>

CAPÍTULO 5..... 76

PERSPECTIVAS DE PESQUISA NA REGIÃO DE IMARUÍ - LITORAL SUL DE SANTA CATARINA

Henrique de Sena Kozlowski

Andreas Kneip

Paulo DeBlasis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4982216095>

PARTE II: DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL

CAPÍTULO 6..... 90

DIREITO À CIDADE: QUAL O DIREITO QUE A CIDADE TEM? O CASO DE GOIANA - PERNAMBUCO

Ana Paula Guedes de Andrade

Marny Pessoa Silva de Araújo

Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4982216096>

CAPÍTULO 7..... 103

PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE NA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À CIDADE: O CASO DO MOVIMENTO CICLOATIVISTA EM PORTO ALEGRE (2010-2014)

Cristiano Lange dos Santos

André Viana Custódio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4982216097>

CAPÍTULO 8..... 117

OS DANOS AMBIENTAIS NA CIDADE DE MARIANA (MG) E OS PRESSUPOSTOS DO ESTADO DE DIREITO ECOLÓGICO

Caroline Broch Heleodoro

Daniel Ribeiro Preve

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4982216098>

CAPÍTULO 9..... 134

PLANEJAMENTO TERRITORIAL E ARRANJOS FEDERATIVOS: REFLEXÕES SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI FLORESTAL NAS ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS EM RELAÇÃO ÀS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Magda Cristina Villanueva Franco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4982216099>

CAPÍTULO 10..... 148

EXPEDIÇÃO BRAVO! DE DIREITO E FOTOGRAFIA: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS ACHADA NAS RUAS E AVENIDAS DA CIDADE DE PALMAS, TOCANTINS

Marcos Júlio Vieira dos Santos

Christiane de Holanda Camilo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49822160910>

SOBRE OS ORGANIZADORES 162

CAPÍTULO 4

OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL NA REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RS: PAISAGEM E ARQUEOLOGIA

Data de aceite: 25/07/2022

André Luis Ramos Soares

Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Sergio Celio Klamt

Professor, coordenador do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas- CEPA da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

RESUMO: Neste trabalho abordaremos a ocupação pré-colonial na região central do Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente na área denominada Quarta Colônia da Imigração Italiana, no território do Geoparque Quarta Colônia Aspirante Unesco. O objetivo é apresentar os grupos humanos que habitaram esse espaço antes da colonização europeia, através dos registros arqueológicos. Tendo como base a localização dos sítios e da bibliografia arqueológica, mapear a localização dos diferentes grupos, identificando suas preferências ambientais na paisagem. O mapeamento prévio das ocorrências arqueológicas aponta para paisagens específicas que cada grupo, que aqui serão descritos como Tradição Arqueológica ou Cultura Arqueológica, escolheu para seus assentamentos. Pode-se observar uma continuidade nas preferências, inclusive as exceções que confirmam os padrões de assentamento. Como resultado, um mapa arqueológico da Quarta Colônia está sendo desenvolvido, com a localização dos sítios, das ocorrências e das informações arqueológicas obtidas através de dados oportunistas.

PALAVRAS-CHAVE: Quarta Colônia; Arqueologia; Ocupação pré-colonial.

INTRODUÇÃO

Localizada no centro do Estado, na mesorregião do Centro Oriental rio-grandense, a denominada Quarta Colônia de Imigração Italiana é composta pelos municípios de Silveira Martins, Ivorá, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Nova Palma, Pinhal Grande e São João do Polêsine, além de partes dos municípios de Agudo, Itaara e Restinga Seca. Esta denominação foi resgatada pelo Padre Luiz Sponchiado, por ocasião das comemorações alusivas ao centenário da Imigração Italiana no estado. As outras três colônias anteriores criadas pelo Império foram Conde D’Eu (atual cidade de Garibaldi); Dona Isabel (atual Bento Gonçalves) e Campo dos Bugres (atual Caxias do Sul). Deslocadas da região serrana a norte da capital, a Quarta Colônia foi criada em 1877 e recebeu o nome de Colônia Silveira Martins, em homenagem ao Senador defensor da causa migratória. Atualmente, Quarta Colônia também é a denominação do Consórcio Regional de Desenvolvimento Sustentável – O Condesus – Quarta Colônia, criado em 1995, e que abrange o território onde se promoveu a imigração, consoante aos municípios citados (Padoin, 2020). O Território hoje é denominado

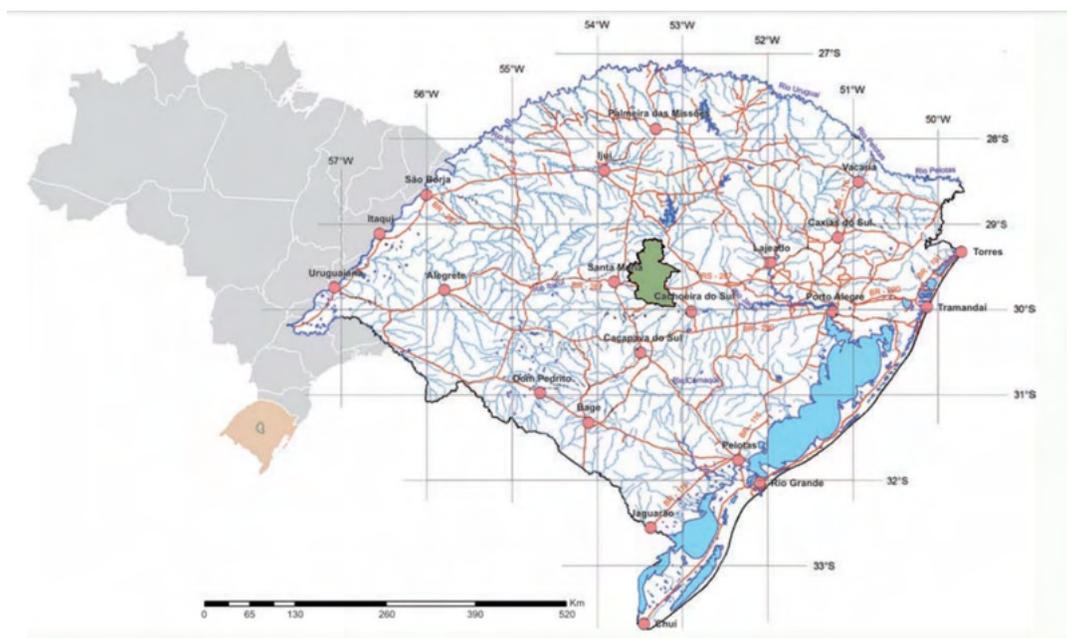


Figura 1: Localização da área de estudo

Fonte: (Godoy *et al.*, 2012, p. 423)

Uma caracterização sumária do território pode ser assim descrita, conforme Godoy *et al* (2012): a região apresenta clima subtropical úmido (Cfa – Classificação climática de Köppen), caracterizado pela ocorrência de chuvas durante todos os meses do ano e temperatura do mês mais quente superior a 22°C e do mês mais frio superior a 3°C (Moreno, 1961, *apud* Godoy *et al.*, 2012). A região insere-se no domínio morfoestrutural das Bacias e Coberturas Sedimentares, com relevo suave e planícies ao sul, em contraste com a parte norte, de relevo acidentado e mais acentuado. De fato, esta região apresenta o encontro entre a Depressão Rio Jacuí e o Planalto das Araucárias. Ao passo que ao sul da região encontram-se coxilhas de relevo suave e altitude que raramente ultrapassam 100m, separadas por grandes áreas de planície de inundação fluvial, no setor norte o relevo é bastante acidentado em virtude do contato entre as rochas sedimentares e vulcânicas da Bacia do Paraná, com altitudes variando de 100m a mais de 600m, com a presença de escarpas, picos e platôs, também com a formação de *Cuestas* formadas pelos processos erosivos da escarpa. A vegetação na parte sul restringe-se aos remanescentes de matas

de galeria, com pastagens e bosques de eucalipto. Na planície de inundação, a área é quase totalmente aproveitada para cultivo de arroz. Ao norte da região, predominam áreas de cultivo, com refúgios de floresta nos picos e algumas encostas. Nos platôs sobrevivem núcleos de Floresta Ombrófila Mista, com estratos superiores dominados por *Araucária angustifolia*. (idem, ibidem, pg. 425).

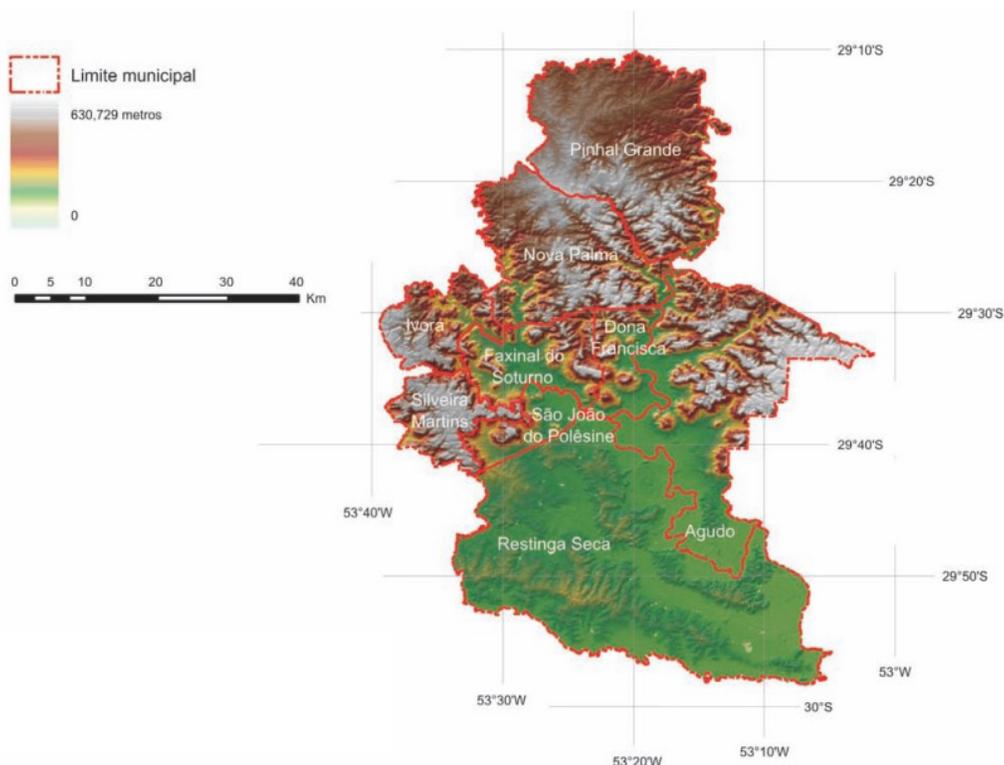


Figura 2: Modelo Digital do Terreno e limites municipais. Fonte: IBGE (limites municipais retificados pelo Mosaico GeoCover 2000®) e Shuttle Radar Topography Mission (SRTM) (Modelo Numérico de Terreno).

Fonte: Godoy *et al*, 2012, p. 424.

OCUPAÇÃO HUMANA

O território do estado do Rio Grande do Sul tem ocupação registrada desde pelo menos doze mil anos antes do presente (Catálogo, 2013). No país vizinho, no Uruguai, o arqueólogo Rafael Suarez aponta uma ocupação ainda mais antiga, próximo a 14 mil anos (Suarez, 2011). Desde então, os arqueólogos buscam responder as perguntas básicas da ocupação pré-colonial. Que grupos eram? Como se caracteriza sua cultura material? Há quanto tempo cruzaram o território? Onde encontramos seus vestígios? Estas perguntas,

muitas com respostas inconclusas, merecem atenção muito especial quando tratamos da área da Quarta Colônia, seja por ocupar a região central do estado, seja por abrigar uma das maiores bacias hidrográficas, ou simplesmente pela diversidade paisagística e ambiental que aqui encontramos. Sendo assim, para responder esta pergunta, é interessante apresentar as evidências materiais que são encontradas pelos arqueólogos, como foram classificadas, problematizar estas classificações, e por último apresentar os vestígios existentes na região da Quarta Colônia, em seu passado pré-colonial.

Um primeiro ponto, só em busca de esclarecimento, é que os arqueólogos lidam com apenas uma parcela muito pequena da cultura material produzida pelas populações, ou seja, todo material biodegradável ou que é consumido pelo tempo, raramente chega até as mãos dos pesquisadores. Quanto mais antiga é a ocupação, menor é a quantidade de elementos perecíveis que sobrevivem a ação do tempo. Some-se a isto o fato de que os solos geralmente são ácidos, e temos poucas chances de sobrevivência dos objetos. Em razão disso classificou-se os artefatos segundo sua matéria prima, em geral, líticos, cerâmicos e alguns ossos, sementes e carvões são a grande parcela dos acervos, em oposição a artefatos em couros, penas, fibras, madeiras, fios entre centenas de outros, que desaparecem.

Assim sendo, a partir das evidências materiais que sobreviveram, os arqueólogos procuraram classificar os materiais encontrados, considerando semelhanças e diferenças. Neste intuito, estabeleceram grupo de elementos ou técnicas, com persistência temporal, denominadas Tradições (CHMYZ, 1976). Um conceito básico para este trabalho é o de sítio arqueológico e ocorrência arqueológica. Segundo Moraes (1999) “sítio arqueológico é a menor unidade do espaço passível de investigação, dotada de objetos intencionalmente produzidos ou rearranjados, que testemunham as ações de sociedades do passado” (1999, p.13) e complementa “Plog & Hill dão a base do que será chamado ‘local de interesse arqueológico’: a descoberta isolada” (idem, p.13). No caso deste trabalho, vamos considerar os sítios arqueológicos cadastrados no Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas- LASCA da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, e no Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas-CEPA da Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, bem como as informações oportunistas, trazidas por moradores da região, que buscam no laboratório informações sobre os achados em suas propriedades. O termo “ocorrência”, utilizado aqui, será representado pelo que Moraes definiu como ‘descoberta isolada’: não se sabe se trata-se de sítio arqueológico, de achado fortuito, e ainda menos sobre as condições de preservação destes locais. Sendo assim, consideramos as informações oportunistas válidas, porém, sem a garantia de registro de sítio arqueológico. Para fins de reconhecimento dos registros na paisagem e território, as informações são consideradas

válidas para este estudo.

As tradições líticas mais recorrentes no estado do RS são as Tradições Umbú e Humaitá, que podem ser assim descritas: Tradição Umbú: associada a sociedades caçadoras e coletoras, sua idade estimada é entre 12 mil anos e 600 anos antes do presente (Noelli, 2000). Seu objeto diagnóstico são as pontas de flecha em pedra lascada, que possuem formas bastante diversas, com pedúnculos, aletas, serrilhas e outros detalhes muito diversificados.



Figura 3: pontas de flecha da Tradição Umbú.

Fonte: Acervo do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas- CEPA –Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

Estas pontas de projétil são bastante conhecidas no território do Geoparque Quarta Colônia Aspirante Unesco, principalmente nas áreas de campos abertos e em altitudes mais elevadas na porção norte do território. Embora os sítios arqueológicos registrados sejam em número pequeno, os achados fortuitos – ocorrências arqueológicas - e as coleções depositadas em museus municipais confirmam áreas de encosta e maiores altitudes como espaço recorrente destes grupos.

Também pertencentes a denominada Tradição Umbú, porém produzidas de forma

polida, ao contrário da técnica de lascamento, estão as chamadas bolas de boleadeira. São pedras em forma aproximada de esfera, com um sulco em sua linha mediana, produzida de forma picoteada ou lascada, utilizadas com auxílio de tiras de couro ou vegetais para serem utilizadas em arremesso contra caça ou em combate. Em escala menor, encontram-se boleadeiras com protuberâncias, chamadas boleadeiras mamilares, às quais se atribuiu o uso em guerras. Um detalhe histórico importante é a associação entre o uso de boleadeiras e índios conhecidos como Charruas e Minuanos, que habitavam as áreas planas e campos das planícies fluviais de inundação. No caso das evidências nos municípios da Quarta Colônia, também são comuns os achados fortuitos de boleadeiras nas planícies alagadas e várzeas dos cursos d'água. Menos frequente, é a presença de boleadeiras nas encostas e nas altas altitudes.



Figura 4: Coleção de boleadeiras doadas pelo sr. Mezzomo, acervo LASCA –UFSM.

Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas – LASCA –UFSM.

Também associado aos caçadores da Tradição Umbú são os registros de arte

rupestre em abrigos, como é o caso do Abrigo de Caemborá, localizado no município de Nova Palma. Este abrigo, datado de 3300 anos antes do presente (Lima, 2005, p. 29), é consoante com outros abrigos com presença de arte rupestre na região central do estado, como no Abrigo Pedra Grande (município de São Pedro do Sul) ou ainda mais distante, como Bom Jardim Velho (município de São Sebastião do Caí). Os grafismos (uma vez que não se encontram pinturas) são realizados pela técnica de picoteamento, com motivos geométricos ao qual foram designados como “pegadas de aves”, “pegadas de felinos”, ou ainda outros elementos geométricos, como círculos, linhas paralelas, etc. Mesmo considerando todas estas manifestações como uma única Tradição Arqueológica, deve-se destacar que, muito provavelmente, estamos tratando de distintos grupos humanos que não podemos atribuir nenhuma etnicidade conhecida, seja pela distância temporal ou por falta de analogias possíveis com grupos humanos conhecidos, com a exceção das informações históricas sobre os Charruas e Minuanos utilizarem-se de boleadeiras como armas de caça e guerra (Soares e Klamt, 2005).

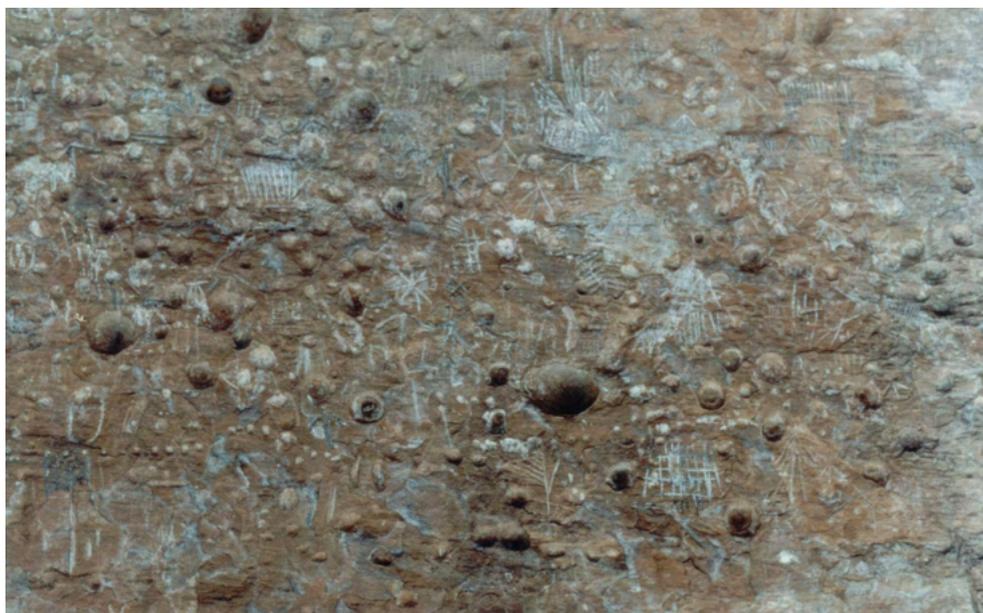


Figura 5: Arte rupestre presente no abrigo Pedra Grande, São Pedro do Sul.

Fonte: Foto do autor.

A segunda Tradição Arqueológica presente na região trata-se da Tradição Humaitá. Composta por artefatos bifaciais pesados, lascados, muitos com formas curvas como um bumerangue. Estes objetos são encontrados em toda a encosta florestada, bem como

nas áreas altas e também nos platôs da Serra Geral. Embora estes artefatos fossem chamados de ‘picões’, ‘talhadores’, ou ainda ‘raspadores’, seu uso ainda é desconhecido. Com datações estimadas entre 6.500 anos a 400 anos atrás (Noelli, 2000), ainda existem mais dúvidas do que certezas sobre estes grupos humanos, se é que são grupos distintos, podendo tratar-se de outra tecnologia para outras atividades desenvolvidas por grupos ainda não identificados.

A tradição Humaitá é associada a grupos caçadores, embora essa classificação deva-se em função da presença de sítios somente com materiais líticos lascados. As pesquisadoras Adriana Schmidt Dias e Sirlei Hoeltz ventilam a hipótese de que alguns destes locais poderiam ser oficinas de horticultores para o plantio de seus roçados (Dias e Hoeltz, 2010). Ainda assim, restam muitas dúvidas sobre esta tradição, estabelecida sobre poucos sítios arqueológicos, e tendo como base a presença de um indicador (os bifaces) sem o conjunto da cultura material. A problemática é ampliada à medida que vemos locais no qual convivem, no mesmo território, sítios arqueológicos muito distintos, como as Tradições Vieira, Humaitá e Guarani, que é o caso do sítio do Pororó, que será apresentado adiante (Garcia, 2012).



Figura 6: Artefatos bifaciais associados a Tradição Humaitá.

Fonte: Acervo do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas- CEPA –Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

A primeira Tradição ceramista que se tem notícia no estado do RS é a Tradição Vieira. Existem diversas controvérsias quando falamos desta Tradição, uma vez que um grupo de pesquisadores associam estas sociedades como caçadoras com uma cerâmica incipiente, ao passo que novas abordagens preferem apresentar a elaboração e decoração da cerâmica como um traço presente, porém pouco observado (Ribeiro, 2016). Normalmente associada aos cerritos das regiões alagadas e banhados, na região da Quarta Colônia temos uma exceção notável, que é o sítio do Pororó (Garcia, 2012; Milder, 2010). Localizado no município de Pinhal Grande, o sítio do Pororó foi classificado como Cerrito, dado a sua conformação espacial, um montículo construído artificialmente, em uma altitude de 518m acima do nível do mar. Com datações calibradas que variam entre 2341 AP e 2692 AP (Milder, 2010), este local é a demonstração de que os habitantes dos cerritos não construíam suas estruturas em função dos alagadiços, mas certamente tinham outras funções que ainda não estão claras. No caso do Sítio do Pororó, não há presença de material cerâmico, apenas lítico (Garcia, 2012). No entanto, a presença de cerritos com cerâmica não é incomum e tampouco casual, sendo que as pesquisas até o momento carecem de outros exemplares nas altitudes mais baixas. Em Santa Maria, no bairro Camobi, Milder e alunos escavaram o sítio denominado “cidade dos Meninos” (Milder e Correa, 2002), em uma área de cultivo de arroz, porém muito próxima a encosta da Serra Geral. Muito provavelmente o uso intensivo do solo e a antropização para cultivo de arroz e outros, tenham destruídos os remanescentes destas construções.

A próxima Tradição Arqueológica é a Tradição Taquara, que consiste em um conjunto de artefatos líticos e cerâmicos associados as regiões mais altas da Quarta Colônia, próxima ou associada a área de dispersão dos pinheiros *Araucaria angustifolia*, o Pinheiro do Paraná, mais conhecido pela sua pinha comestível, o pinhão. Os materiais líticos mais frequentes são as mãos de pilão, que são blocos de basalto lacunar alisados, que servem para triturar em pilão, seja o pinhão cozido, o milho ou outro produto. A cerâmica da Tradição Taquara é assim descrita por Mentz Ribeiro (1991): “Seus vasos são de relativas pequenas dimensões, pouco mais de 50% decorados plasticamente, destacando-se vários tipos de ponteados, inciso pinçado, impresso com cestaria, ungulado, etc.”



Figura 7: Fragmentos de cerâmica, Tradição Taquara.

Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas – LASCA –UFSM.

As datações mais antigas encontradas para o estado do RS estão ao redor do ano 200 da Era comum, ao passo que as mais recentes ao redor do século XVII (Araújo, 2007). No caso da região em questão, fragmentos de cerâmica foram identificados no município de Agudo (localidades como a Linha dos Pomeranos, Complexo da Serra), sendo que outras cidades possuem acervos nos museus, sem origem definida, como nas cidades de Pinhal Grande, Nova Palma e Ivorá.

A Tradição arqueológica mais bem conhecida pela população é a Guarani, seja por que é associada aos grupos humanos do mesmo nome, ou porque sua expansão nas várzeas dos rios é bem conhecida. Nos museus municipais, em escolas (como a Escola Estadual de Ensino Fundamental Ana Löbler, localidade de Caemborá, Nova Palma), é comum encontrarem-se vasilhas arqueológicas com o nome genérico de “urnas funerárias”, ou içaçabas. Recorrentes nos vales dos rios, como no caso do rio Soturno (Milder, 2010, p. 50), as vasilhas são encontradas por agricultores, com suas ‘tampas’, devido ao contexto

funerário, como por exemplo o sítio Moacir Rossato (Figura 8). Este não é um caso isolado, pois durante o salvamento arqueológico da área de inundação da usina hidrelétrica de Dona Francisca, Klamt pesquisou, em um único sítio, a presença de nove urnas funerárias, no sítio Valderi Scapini, às margens do rio Jacuí (Klamt *et al*, 2000; Klamt, 2005, p. 105-109). As datações mais recuadas para esta tradição estão ao redor do início da Era comum (Noelli, 2000), e correspondem a região da Quarta Colônia, no rio Jacuí.



Figura 8: Vasilha cerâmica Guarani. Sítio Moacir Rossato, Nova Palma.

Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas – LASCA –UFSM.

RESULTADOS

O cruzamento inicial entre a localização dos sítios arqueológicos no território do Geoparque Quarta Colônia Aspirante Unesco, associada as informações oportunísticas provenientes dos moradores, aqui tratadas como ocorrências arqueológicas, apontam padrões de assentamento regulares para as distintas Tradições arqueológicas na região. Tendo como exemplo os sítios registrados por ocasião dos levantamentos para a Usina hidrelétrica de Dona Francisca (Klamt *et al*, 2000; Klamt, 2005), os trabalhos de levantamento e valorização do patrimônio arqueológico da Quarta Colônia (Milder, 2010),

percebemos, mesmo com as exceções, que os grupos buscavam paisagens similares dentro deste território vasto, composto por um mosaico de formações geomorfológicas e ambientais distintas. Se por um lado os grupos horticultores como os Guaranis são bem conhecidos nas várzeas dos cursos hídricos, de grande ou médio porte, por outro lado, a Tradição Taquara é percebida nas áreas de floresta de araucária, ou mesmo a encosta de transição. Embora sem limites físicos rígidos, percebe-se a prevalência destas tipologias em detrimento de suas exceções.

Mesmo que algumas destas exceções sejam bastante curiosas, como o cerrito do arroio Pororó, localizado a mais de 500 metros acima do nível do mar, reitera seu caráter esporádico, isolado ou mesmo fronteiro ao mapa usual onde estas construções são encontradas.

Mesmo que as tradições líticas tenham contornos mais fluidos, o território ocupado pela tradição Humaitá ainda parece mais ligado as áreas florestadas do que aos campos ou várzeas dos rios. Diferente da Tradição Umbú, com suas manifestações diversas, podemos afirmar que os locais com arte rupestre seguem os afloramentos e matacões de arenito, próximos das encostas.

CONCLUSÕES

Este trabalho é parte de um projeto inicial de confecção de um mapa arqueológico dos sítios, ocorrências e registros arqueológicos nos municípios que compõe o território do Geoparque Quarta Colônia Aspirante Unesco, na região central do Rio Grande do Sul. Como tal, está longe de ser concluído. Porém, observa-se, a partir deste ponto de partida, alguns padrões perseguidos pelos povos que detinham diferentes tecnologias, e como os locais ocupados, apesar da grande variedade e variabilidade de ambientes na área de estudo, conservam características comuns que podem ter sido utilizados como referência para os assentamentos.

Compreender como a ocupação humana aconteceu neste mosaico de paisagens, ofertas e recursos, é a contribuição que a arqueologia pode cumprir neste período de incertezas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Astolfo Gomes de Mello. 2007. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. *Revista de Arqueologia*, 20, p. 09-38.

ARQUIVOS do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas – CEPA – Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC.

ARQUIVOS do Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas – LASCA – Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

CATÁLOGO. 2013. 12000 anos de História: arqueologia e pré-história do Rio Grande do Sul / Catálogo da exposição organizado pelo Museu da UFRGS, Porto Alegre, UFRGS.

CHMYZ, I. 1976. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. Cadernos de Arqueologia, v.1, n.1:119-148.

DIAS, Adriana Schmidt Dias; HOELTZ, Sirlei Elaine. 2010. Indústrias Líticas em contexto: o problema Humaitá na Arqueologia Sul brasileira. Revista de Arqueologia. São Paulo: v.23, n.2, p.40-87.

GARCIA, Anderson Marques. 2012. Sítio Arqueológico do Pororó: um Cerrito na Mesoregião centro Ocidental. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, PPGPC, UFSM.

GODOY, Michel Marques; BINOTTO, Raquel Barros; SILVA, Rafael Costa da; ZERFASS, Henrique. 2012. Geoparque Quarta Colônia (RS) Proposta. Vol. 1. Disponível em: <https://rigeo.cprm.gov.br/bitstream/doc/17170/1/quartacolonia.pdf>, último acesso em 06 de março de 2020.

KLAMT, Sergio C. 2005. Uma contribuição para o sistema de assentamento de um grupo horticultor da tradição cerâmica Tupiguarani. Série Conhecimento, 29. Santa Cruz do Sul, EdUNISC.

KLAMT, Sergio C.; MILDER, Saul E. S.; SOARES, André L. R. 2000. Programa de salvamento arqueológico da UHE Dona Francisca, Agudo, RS. Porto Alegre: CEPA/UNISC; LEPA/UFSM. Relatório a CEEE.

LIMA, Tais Vargas. 2005. Estudo das Representações Rupestres do Rio Grande do Sul, Brasil. Tese de doutorado em Arqueologia, Programa de Pós-Graduação em História, FFCH, PUCRS, Porto Alegre.

MILDER, Saul E. S. Projeto de Valorização do Patrimônio Arqueológico da Quarta Colônia de Imigração Italiana- RS. 2010. Relatório Final Portaria IPHAN nº 7/Anexo III, e 28 de setembro de 2009. Processo Administrativo nº 01512.00049/2005-78. Outubro de 2010.

MILDER, Saul E. S.; CORRÊA, Guilherme. 2002. Projeto de salvamento do Monumento Funerário Cidade dos Meninos. Arqueologia e Educação Patrimonial.. In: VIII Seminário de Iniciação Científica e VII Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNISC, 2002, Santa Cruz do Sul.

NOELLI, Francisco Silva. 2000. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas - 1872-2000. REVISTA USP, v. 2, p. 218-269.

PADOIN, Maria Medianeira. 2020. Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/346/2020/08/Palestra-Medianeira-Hist%C3%B3ria-Quarta-Col%C3%B4nia-14-agosto-2020.pdf>, último acesso 12 de outubro de 2021.

RIBEIRO, Bruno Leonardo R. 2016. A tradição Vieira vista de outra perspectiva: uma análise tecnológica ontologicamente orientada (e interpretada). Revista de Arqueologia, Volume 29, nº 1, p. 114-135.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz-. 1991. Arqueologia do Vale do Rio Pardo, RS, Brasil. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, PUCRS.

SOARES, André L. R. 2005. Contribuição à arqueologia Guarani: estudo do Sítio Röpke. Série Conhecimento, 30. Santa Cruz do Sul, EdUNISC.

SOARES, André L. R.; KLAMT, Sérgio Célio. 2005. Antecedentes Indígenas: pré-história compacta do Rio Grande do Sul. 1. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 120p .

SUAREZ, Rafael. 2011. Nuevas puntas para reescribir la prehistoria de Uruguay (y Sudamerica). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273755561_Arqueologia_durante_la_TransicionPleistoceno_Holoceno_en_Uruguay_Componentes_Paleoindios_Organizacion_de_la_Tecnologia_Litica_y_Movilidad_de_los_Primeros_Americanos, último acesso em 12 de outubro de 2021.





C A P E S

